

Regimento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM



Legislação autárquica



2018

REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Aprovado em 28 de fevereiro de 2018

REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ÍNDICE GERAL

CAPÍTULO I – ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DEPUTADOS MUNICIPAIS E GRUPOS MUNICIPAIS

SECÇÃO I – ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Artigo	1.º	–	Natureza composição.....	9
Artigo	2.º	–	Fontes normativas.....	9
Artigo	3.º	–	Competências da Assembleia Municipal	9
Artigo	4.º	–	Competências de apreciação e fiscalização	10
Artigo	5.º	–	Competências de funcionamento	13

SECÇÃO II – DEPUTADOS MUNICIPAIS

Artigo	6.º	–	Duração do mandato	13
Artigo	7.º	–	Suspensão do Mandato.....	14
Artigo	8.º	–	Ausência inferior a 30 dias	14
Artigo	9.º	–	Renúncia de mandato	15
Artigo	10.º	–	Perda de mandato.....	15
Artigo	11.º	–	Preenchimento das vagas	16
Artigo	12.º	–	Deveres dos deputados municipais	17
Artigo	13.º	–	Direitos dos deputados municipais	17

SECÇÃO III – GRUPOS MUNICIPAIS

Artigo	14.º	–	Constituição.....	18
Artigo	15.º	–	Organização e instalações.....	19
Artigo	16.º	–	Deputados não inscritos em Grupo Municipal	19

SECÇÃO IV – MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Artigo	17.º	–	Composição da Mesa	19
Artigo	18.º	–	Eleição e destituição da Mesa	20
Artigo	19.º	–	Renúncia, suspensão e perda de mandato.....	20
Artigo	20.º	–	Competência da Mesa.....	20
Artigo	21.º	–	Competência do Presidente e dos Secretários da Mesa	22

SECÇÃO V – CONFERÊNCIA DE REPRESENTANTES DOS GRUPOS MUNICIPAIS

Artigo 22.º – Constituição.....	23
Artigo 23.º – Funcionamento	23

CAPÍTULO II – DO FUNCIONAMENTO

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 24.º – Sede, instalações e funcionamento	24
Artigo 25.º – Lugar na sala de reuniões	24
Artigo 26.º – Lugar para a assistência.....	25
Artigo 27.º – Proibição da presença de pessoas estranhas	25
Artigo 28.º – Convocação das sessões	25
Artigo 29.º – Quórum	26
Artigo 30.º – Continuidade das sessões.....	27

SECÇÃO II – SESSÕES E REUNIÕES

Artigo 31.º – Sessões ordinárias.....	27
Artigo 32.º – Sessões extraordinárias	27
Artigo 33.º – Sessões extraordinárias temáticas.....	29
Artigo 34.º – Sessões e reuniões	29
Artigo 35.º – Período das reuniões	30
Artigo 36.º – Período de “antes da ordem do dia”	30
Artigo 37.º – Período da ordem do dia.....	31
Artigo 38.º – Distribuição dos tempos e organização das intervenções.....	32

SECÇÃO IV – USO DA PALAVRA

Artigo 39.º – Uso da palavra pelos deputados municipais	33
Artigo 40.º – Uso da Palavra pelos membros da mesa.....	33
Artigo 41.º – Uso da palavra pelos membros da câmara municipal	3
Artigo 42.º – Uso da palavra pelo público.....	34
Artigo 43.º – Fins do uso da palavra	35
Artigo 44.º – Modo de usar da palavra.....	35
Artigo 45.º – Invocação do regimento e interpelação da mesa	35
Artigo 46.º – Moções.....	36
Artigo 47.º – Requerimentos.....	36
Artigo 48.º – Recursos	36
Artigo 49.º – Pedido de esclarecimentos	37

REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Artigo	50.º	–	Reação contra ofensas à honra ou consideração	37
Artigo	51.º	–	Protestos e contraprotestos.....	37
Artigo	52.º	–	Proibição do uso da palavra no período da votação	38
Artigo	53.º	–	Declaração de voto.....	38

SECÇÃO V – DELIBERAÇÕES E VOTAÇÕES

Artigo	54.º	–	Maioria	38
Artigo	55.º	–	Voto.....	39
Artigo	56.º	–	Formas de votação	39
Artigo	57.º	–	Processo de votação.....	39
Artigo	58.º	–	Empate na votação.....	40

SECÇÃO VI – COMISSÕES

Artigo	59.º	–	Constituição.....	40
Artigo	60.º	–	Competência.....	41
Artigo	61.º	–	Composição	41
Artigo	62.º	–	Presidente e secretários.....	42
Artigo	63.º	–	Reuniões	42
Artigo	64.º	–	Funcionamento	43
Artigo	65.º	–	Contactos externos e visitas	43

SECÇÃO VII – DIREITO DE PETIÇÃO

Artigo	66.º	–	Direito de petição.....	44
--------	------	---	-------------------------	----

SECÇÃO VIII – PUBLICIDADE DOS TRABALHOS E DOS ATOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Artigo	67.º	–	Caráter público das reuniões	45
Artigo	68.º	–	Atas	46
Artigo	69.º	–	Publicidade das deliberações	46

SECÇÃO IX – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo	70.º	–	Entrada em vigor e publicação.....	47
Artigo	71.º	–	Interpretação e publicação.....	47
Artigo	72.º	–	Alterações	47

ANEXOS – DISTRIBUIÇÃO DE TEMPOS

Anexo	A	–	Período de “Antes da Ordem do Dia”.....	49
Anexo	B	–	Período da Ordem do Dia.....	50
Anexo	C	–	Sessões extraordinárias temáticas.....	51

APÊNDICE – LEGISLAÇÃO

1. Lei nº 75/2013 de 12 de setembro – Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico. ..
2. Lei nº 169/99, de 18 de setembro – Estabelece o quadro de competência e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias.
3. Lei nº 27/96, de 1 de agosto – Regime jurídico da tutela administrativa.
4. Lei nº 29/87, de 30 de junho – Estatutos dos eleitos locais.....
5. Lei nº 64/93, de 26 de agosto – Regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.....

CAPÍTULO I

ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DEPUTADOS MUNICIPAIS E GRUPOS MUNICIPAIS

SECÇÃO I

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Artigo 1.º

Natureza e composição

1. A assembleia municipal de santarém é o órgão deliberativo do Município de Santarém, visando a salvaguarda dos interesses municipais e a promoção do bem-estar da população.
2. A Assembleia Municipal de Santarém é constituída por 27 (vinte e sete) membros eleitos diretamente, e os 18 (dezoito) presidentes de junta de freguesia do concelho.
3. Nas sessões da assembleia municipal participam os cidadãos que encabeçaram as listas mais votadas na eleição para as assembleias de freguesia da área do município, enquanto estas não forem instaladas.

Artigo 2.º

Fontes normativas

A constituição, a composição, as atribuições, a competência e o funcionamento da Assembleia Municipal de Santarém são as fixadas e definidas por Lei.

Artigo 3.º

Competências da assembleia municipal

Sem prejuízo das demais competências legais, a assembleia municipal tem as competências de apreciação e fiscalização e as competências de funcionamento previstas na lei.

Artigo 4.º

Competências de apreciação e fiscalização

1. Compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal:
 - a) Aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões;
 - b) Aprovar as taxas do município e fixar o respetivo valor;
 - c) Deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município;
 - d) Fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis, bem como autorizar o lançamento de derramas;
 - e) Pronunciar-se, no prazo legal, sobre o reconhecimento pelo Governo de benefícios fiscais no âmbito de impostos cuja receita reverte para os municípios;
 - f) Autorizar a contratação de empréstimos;
 - g) Aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município;
 - h) Aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do município;
 - i) Autorizar a câmara municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG, e fixar as respetivas condições gerais, podendo determinar o recurso à hasta pública, assim como a alienar ou onerar bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor;
 - j) Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;
 - k) Autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a câmara municipal e o Estado e entre a câmara municipal e a entidade intermunicipal e autorizar a celebração e denúncia de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia;
 - l) Autorizar a resolução e revogação dos contratos de delegação de competências e a resolução dos acordos de execução;
 - m) Aprovar a criação ou reorganização dos serviços municipais e a estrutura orgânica dos serviços municipalizados;
 - n) Deliberar sobre a criação de serviços municipalizados e todas as matérias previstas no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais que o mesmo não atribua à câmara municipal;

- o) Aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais e dos serviços municipalizados;
- p) Autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais;
- q) Deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal;
- r) Aprovar as normas, delimitações, medidas e outros atos previstos nos regimes do ordenamento do território e do urbanismo;
- s) Deliberar sobre a criação do conselho local de educação;
- t) Autorizar a geminação do município com outros municípios ou entidades equiparadas de outros países;
- u) Autorizar o município a constituir as associações previstas no Capítulo IV do Título III do Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais;
- v) Autorizar o município a constituir as associações previstas no título V da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
- w) Autorizar os conselhos de administração dos serviços municipalizados a deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos seus trabalhadores, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, ou a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares;
- x) Aprovar o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios(PMDFCI);
- y) Deliberar sobre a criação e a instituição em concreto do corpo de polícia municipal.

2. Compete ainda à assembleia municipal:

- a) Acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências previstos na alínea k) do número anterior;
- b) Apreciar, com base na informação disponibilizada pela câmara municipal, os resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades;
- c) Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da câmara municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, a qual deve ser enviada ao

presidente da assembleia municipal com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão;

- d) Solicitar e receber informação, através da mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores;
- e) Aprovar referendos locais;
- f) Apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa da entrega de documentos por parte da câmara municipal ou de qualquer dos seus membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização;
- g) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços do município;
- h) Discutir, na sequência de pedido de qualquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição;
- i) Elaborar e aprovar o regulamento do conselho municipal de segurança;
- j) Tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o município;
- k) Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município;
- l) Apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
- m) Fixar o dia feriado anual do município;
- n) Estabelecer, após parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição dos brasões, dos selos e das bandeiras do município e proceder à sua publicação no Diário da República.

3. Não podem ser alteradas na assembleia municipal as propostas apresentadas pela câmara municipal referidas nas alíneas a), i) e m) do n.º 1 e na alínea l) do número anterior, sem prejuízo de esta poder vir a acolher em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pela assembleia municipal.

4. As propostas de autorização para a contratação de empréstimos apresentadas pela câmara municipal, nos termos da alínea f) do n.º 1, são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições

propostas por, no mínimo, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

5. Compete ainda à assembleia municipal:

- a) Convocar a comunidade intermunicipal, com o limite de duas vezes por ano, para responder perante os seus membros pelas atividades desenvolvidas no âmbito da comunidade intermunicipal do município;
- b) Aprovar moções de censura ao secretariado executivo intermunicipal, no máximo de uma por mandato.

Artigo 5.º

Competências de funcionamento

1. Compete à assembleia municipal:

- a) Elaborar e aprovar o seu regimento;
- b) Deliberar sobre recursos interpostos de marcação de faltas injustificadas aos seus membros;
- c) Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para o estudo de matérias relacionadas com as atribuições do município e sem prejudicar o funcionamento e a atividade normal da câmara municipal.

2. No exercício das respetivas competências, a assembleia municipal é apoiada por trabalhadores dos serviços do município a afetar pela câmara municipal, nos termos do artigo 31.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro.

SECÇÃO II

DEPUTADOS MUNICIPAIS

Artigo 6.º

Duração do mandato

- 1. O período do mandato dos deputados municipais é de 4 anos.
- 2. O mandato inicia-se com o ato de instalação da assembleia municipal e com a verificação de poderes dos seus membros e cessa quando estes forem

legalmente substituídos, sem prejuízo da cessação individual do mandato prevista na lei ou no presente regimento.

Artigo 7.º

Suspensão do mandato

1. Os deputados municipais podem solicitar a suspensão do respetivo mandato, a qual pode ser motivada, designadamente, por:

- a) Doença comprovada;
- b) Exercício de direitos de paternidade e maternidade;
- c) Afastamento temporário da área do município por período superior a 30 dias.

2. O pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve indicar o período de tempo abrangido e é endereçado ao presidente da assembleia municipal, devendo ser apreciado pelo plenário na reunião imediata à da sua apresentação.

3. A suspensão que, por uma só vez ou cumulativamente, ultrapasse 365 dias no decurso do mandato constitui, de pleno direito, renúncia ao mesmo, salvo se no primeiro dia útil seguinte ao termo daquele prazo o interessado manifestar, por escrito, a vontade de retomar funções.

4. A pedido do interessado, devidamente fundamentado, a assembleia municipal pode autorizar a alteração do prazo pelo qual inicialmente foi concedida a suspensão do mandato, até ao limite estabelecido no número anterior.

5. Durante a suspensão, os membros da assembleia municipal diretamente eleitos são substituídos nos termos do nº 1 do artigo 11.º do presente regimento.

6. O regresso antecipado deverá ser comunicado ao presidente da mesa, produzindo os seus efeitos a partir da data da primeira convocatória da reunião da assembleia municipal que venha a ser expedida após a receção da referida comunicação.

Artigo 8.º

Ausência inferior a 30 dias

1. Os deputados municipais podem fazer-se substituir nos casos de ausência por períodos até 30 dias.

2. A substituição dos deputados municipais diretamente eleitos obedece ao disposto no artigo 11º e opera-se mediante simples comunicação por escrito dirigida ao presidente da assembleia municipal, na qual são indicados os respetivos início e fim.

3. Os Deputados Municipais que sejam presidentes de junta de freguesia são substituídos, em caso de justo impedimento, pelo substituto legal por si designado.

4. Os membros substitutos consideram-se regularmente convocados para a reunião imediatamente seguinte à comunicação da substituição, desde que o membro substituído o tenha sido.

Artigo 9.º

Renúncia ao mandato

1. Os Deputados Municipais podem renunciar ao mandato, antes ou depois do ato de instalação, mediante declaração escrita, dirigida a quem deve proceder à instalação da assembleia municipal ou ao seu presidente, consoante os casos.

2. O renunciante é substituído nos termos do n.º 1 do artigo 11.º.

3. A renúncia torna-se efetiva desde a data da entrega da declaração, devendo a ocorrência ficar expressa em ata.

Artigo 10.º

Perda de mandato

1. Incorrem em perda de mandato os deputados municipais que:

- a) Sem motivo justificativo, não compareçam:
 - i. a três (3) sessões ou seis (6) reuniões consecutivas; ou,
 - ii. a seis (6) sessões ou doze (12) reuniões interpoladas.
- b) Após a eleição, sejam colocados em situação que os torne inelegíveis ou relativamente aos quais se tornem conhecidos elementos reveladores de uma situação de inelegibilidade já existente, e ainda subsistente, mas não identificada em momento prévio ao da eleição.
- c) Após a eleição se inscrevam em partido diverso daquele pelo qual foram apresentados a sufrágio eleitoral;
- d) Pratiquem ou sejam individualmente responsáveis pela prática dos atos previstos no artigo 9.º da Lei n.º 27/96, de 1 de agosto.

2. Incorrem, igualmente, em perda de mandato os deputados municipais

que, no exercício das suas funções, ou por causa delas, intervenham em procedimento administrativo, ato ou contrato de Direito público ou privado relativamente ao qual se verifique impedimento legal, visando a obtenção de vantagem patrimonial para si ou para outrem.

3. Constitui ainda causa de perda de mandato a verificação, em momento posterior ao da eleição, de prática, por ação ou omissão, em mandato imediatamente anterior, dos factos referidos na alínea d) do n.º 1 e no n.º 2 do presente artigo.

4. As decisões de perda de mandato e de dissolução de órgãos autárquicos ou de entidades equiparadas são da competência dos tribunais administrativos.

5. As ações para perda de mandato ou de dissolução de órgãos autárquicos ou de entidades equiparadas são interpostas pelo Ministério Público, por qualquer membro da assembleia municipal, ou por quem tenha interesse direto em demandar, o qual se exprime pela utilidade derivada da procedência da ação.

6. A condenação definitiva dos membros da assembleia municipal em qualquer dos crimes de responsabilidade previstos na Lei nº 34/87, de 16 de julho, implica a sua inelegibilidade nos atos eleitorais destinados a completar o mandato interrompido e nos subsequentes que venham a ter lugar no período de tempo correspondente a novo mandato completo, em qualquer órgão autárquico.

7. As ações previstas no presente artigo só podem ser interpostas no prazo de 5 anos após a ocorrência dos factos que as fundamentam.

Artigo 11.º

Preenchimento de vagas

1. Em caso de vacatura, suspensão do mandato ou ausência inferior a 30 dias o Deputado Municipal é substituído pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista ou, tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga.

2. Quando, por aplicação da regra contida na parte final do número anterior, se torne impossível o preenchimento da vaga por cidadão proposto pelo mesmo partido, o mandato é conferido ao candidato imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista apresentada pela coligação.

3. Esgotada a possibilidade de substituição prevista no número anterior e

desde que não esteja em efetividade de funções a maioria do número legal dos membros da assembleia municipal, há lugar a novas eleições, nos termos legais.

4. A nova assembleia municipal, eleita nos termos do número anterior, completará o mandato da Assembleia Municipal anterior.

Artigo 12.º

Deveres dos deputados municipais

1. Constituem deveres dos deputados municipais:

- a) Comparecer à hora marcada em cada convocatória para o início da respetiva reunião da assembleia municipal, ou da comissão, assinar a lista de presenças e permanecer até ao final dos respetivos trabalhos;
- b) Desempenhar os cargos e as funções para que sejam eleitos ou designados e a que se não hajam oportunamente escusado;
- c) Participar nas discussões e votações se, por lei, de tal não estiverem impedidos;
- d) Respeitar a dignidade da assembleia municipal e dos seus membros;
- e) Observar a ordem e a disciplina fixadas no regimento e acatar a autoridade do presidente da assembleia municipal;
- f) Contribuir, com a sua diligência, para a eficácia e o prestígio dos trabalhos da assembleia municipal e, em geral, para a observância da Constituição e das leis.

2. A lista de presenças de cada sessão plenária encontra-se disponível nos serviços de apoio à mesa da assembleia até sessenta (60) minutos após a hora fixada na convocatória, momento a partir do qual será entregue ao 1º Secretário.

3. A justificação da falta a qualquer reunião deve ser apresentada por escrito, à Mesa, no prazo de 5 dias, a contar da data da falta e a decisão é notificada ao interessado, pessoalmente ou por via postal, nos casos em que esta não seja aceite.

Artigo 13.º

Direitos dos deputados municipais

1. Para o regular exercício do seu mandato, constituem direitos dos deputados municipais, além dos conferidos por lei, e reportando-se a assuntos de interesse municipal:

- a) Usar da palavra nos termos do regimento;

- b) Desempenhar funções específicas na assembleia municipal;
- c) Apresentar, por escrito, pareceres, propostas, recomendações e moções;
- d) Apresentar requerimentos;
- e) Invocar o regimento e apresentar recursos, protestos e contraprotestos;
- f) Propor, por escrito, a constituição de grupos de trabalho ou Comissões;
- g) Propor, por escrito, listas para a eleição da mesa da assembleia municipal;
- h) Solicitar, por escrito, à câmara municipal, por intermédio do Presidente da Assembleia Municipal, as informações, documentação e esclarecimentos que entenda necessários, mesmo fora das sessões da assembleia municipal, dispondo a Câmara do prazo de 15 dias para responder a estas solicitações;
- i) Propor recomendações à câmara municipal;
- j) Fazer constar da ata o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem;
- k) Solicitar, nas sessões ou reuniões da assembleia municipal e em qualquer momento a verificação do quórum;
- l) Assistir e intervir nas reuniões das comissões;
- m) Receber as ordens de trabalho e as atas das reuniões da câmara municipal e o boletim municipal;

2. São ainda direitos dos Deputados Municipais os constantes no Estatuto dos Eleitos Locais.

SECÇÃO III

GRUPOS MUNICIPAIS

Artigo 14.º

Constituição

1. Os deputados municipais diretamente eleitos, bem como os presidentes de junta de freguesia eleitos por cada partido ou coligação de partidos ou grupo de cidadãos eleitores, consideram-se, independentemente do seu número, constituídos em grupos municipais.

2. Ao deputado municipal que seja único representante de um partido ou de uma lista de cidadãos, é atribuído o direito previsto no número anterior.

3. A constituição de cada grupo municipal efetua-se mediante comunicação dirigida ao presidente da assembleia municipal, assinada pelos membros que o compõem, indicando a sua designação, o representante, seu substituto, e a respetiva direção.

Artigo 15.º

Organização e instalações

1. Cada grupo municipal estabelece a sua organização, devendo qualquer alteração na sua composição ou na da sua Direção ser comunicada ao Presidente da assembleia municipal.

2. Os grupos municipais têm direito, de acordo com a disponibilidade dos serviços da assembleia municipal, a instalações condignas, proporcionais à respetiva representatividade, para reuniões de trabalho ou preparatórias das sessões da assembleia municipal.

Artigo 16.º

Deputados não inscritos em grupo municipal

Os deputados que não integrem qualquer grupo municipal comunicam o facto ao presidente da assembleia municipal e exercem o seu mandato como deputados Independentes.

SECÇÃO IV

MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Artigo 17.º

Composição da mesa

1. A mesa da assembleia é composta por um presidente, um 1.º secretário e um 2.º secretário.

2. O presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º secretário e este pelo 2.º secretário.

3. Nas suas faltas ou impedimentos, qualquer dos secretários é substituído pelo deputado da assembleia municipal que seja designado pelo representante do grupo municipal a que o mesmo pertença.

4. Na ausência de todos os membros da mesa, a assembleia municipal elege, por voto secreto, uma mesa *ad-hoc* para presidir a essa reunião.

5. O presidente da mesa é o presidente da assembleia municipal.

Artigo 18.º

Eleição e destituição da mesa

1. A mesa da assembleia municipal é eleita por listas nominativas ou por votação uninominal, conforme for deliberado na respetiva reunião.

2. A mesa é eleita pelo período do mandato.

3. A mesa pode ser destituída por deliberação tomada pela maioria do número legal dos deputados da assembleia municipal.

4. A eleição e a destituição realizam-se por escrutínio secreto.

5. Aprovada a proposta de destituição da mesa é de imediato eleita uma mesa *ad-hoc*, que fica encarregue de preparar o processo eleitoral para a eleição da nova mesa.

6. A eleição da nova mesa da assembleia deverá ter lugar na reunião seguinte, que deverá realizar-se no prazo máximo de 30 dias.

7. Em caso de dissolução da assembleia ou no termo do mandato, a Mesa mantém-se em funções até à instalação da nova assembleia.

Artigo 19.º

Renúncia, suspensão e perda de mandato

1. Cada membro da mesa pode renunciar ao cargo mediante comunicação escrita à assembleia, podendo, por opção a efetuar pelo próprio, manter-se como deputado municipal.

2. Aos membros da mesa são aplicáveis, igualmente, as disposições deste regimento reguladoras da suspensão e da perda de mandato de membros da Assembleia.

3. Em caso de suspensão, a substituição faz-se de acordo com o disposto no número 3, do artigo 17.º.

4. Em caso de renúncia ou perda de mandato, o cargo que ficar vago é preenchido por eleição a efetuar na reunião imediatamente seguinte àquela em

que ocorra a vacatura.

Artigo 20.º

Competência da mesa

1. Compete à mesa da assembleia municipal:

- a) Elaborar o projeto de regimento da assembleia municipal ou propor a constituição de uma comissão para o efeito;
- b) Deliberar sobre as questões de interpretação e integração de lacunas do regimento;
- c) Elaborar a ordem do dia das sessões e proceder à sua distribuição;
- d) Verificar a conformidade legal e admitir as propostas da câmara municipal legalmente sujeitas à competência deliberativa da assembleia municipal;
- e) Encaminhar, em conformidade com o regimento, as iniciativas dos membros da assembleia municipal, dos grupos municipais e da câmara municipal;
- f) Assegurar a redação final das deliberações;
- g) Realizar as ações que lhe sejam determinadas pela assembleia municipal no exercício da competência para aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões;
- h) Encaminhar para a assembleia municipal as petições e queixas dirigidas à mesma;
- i) Requerer à câmara municipal ou aos seus membros a documentação e informação que considere necessárias ao exercício das competências da assembleia municipal, assim como ao desempenho das suas funções, nos termos e com a periodicidade julgados convenientes;
- j) Proceder à marcação e justificação de faltas dos membros da assembleia municipal;
- k) Comunicar à assembleia municipal a recusa da prestação de quaisquer informações ou documentos, bem como a falta de colaboração por parte da câmara municipal ou dos seus membros;
- l) Comunicar à assembleia municipal as decisões judiciais relativas à perda de mandato em que incorra qualquer membro;
- m) Dar conhecimento à assembleia municipal do expediente relativo aos assuntos relevantes;

- n) Exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam determinadas pela assembleia municipal;
- o) Exercer as demais competências legais.

2. O pedido de justificação de faltas pelo interessado é feito por escrito e dirigido à mesa, no prazo de cinco dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado, e a decisão é notificada ao interessado, pessoalmente ou por via postal.

3. Das deliberações da mesa da assembleia municipal cabe recurso para o plenário.

Artigo 21.º

Competência do presidente e dos secretários

1. Compete ao presidente da assembleia municipal:

- a) Representar a assembleia municipal, assegurar o seu regular funcionamento e presidir aos seus trabalhos;
- b) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
- c) Abrir e encerrar os trabalhos das sessões;
- d) Dirigir os trabalhos e manter a disciplina das sessões;
- e) Assegurar o cumprimento da lei e a regularidade das deliberações;
- f) Suspender e encerrar antecipadamente as sessões, quando circunstâncias excecionais o justifiquem, mediante decisão fundamentada a incluir na ata da sessão;
- g) Integrar o conselho municipal de segurança;
- h) Comunicar à assembleia de freguesia ou à câmara municipal as faltas dos presidentes de junta de freguesia e do presidente da câmara municipal às sessões da assembleia municipal;
- i) Comunicar ao Ministério Público competente as faltas injustificadas dos restantes membros da assembleia, para os efeitos legais;
- j) Exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam determinados pelo regimento ou pela assembleia municipal;
- k) Exercer as demais competências legais.

2. Compete ainda ao presidente da assembleia municipal autorizar a realização de despesas orçamentadas relativas a senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos membros da assembleia municipal e de despesas relativas às aquisições de bens e serviços correntes necessárias ao

seu regular funcionamento e representação, comunicando o facto, para os devidos efeitos legais, incluindo os correspondentes procedimentos administrativos, ao presidente da câmara municipal.

3 - Compete aos secretários coadjuvar o presidente da assembleia municipal no exercício das suas funções, assegurar o expediente e, na falta de trabalhador designado para o efeito, lavrar as atas das sessões.

SECÇÃO V

CONFERÊNCIA DE REPRESENTANTES DOS GRUPOS MUNICIPAIS

Artigo 22.º

Constituição

1. A conferência de representantes dos grupos municipais é o órgão consultivo do presidente, que a ela preside, e é constituída pelos secretários da mesa e pelos representantes de todos os grupos municipais.

2. A câmara municipal, quando convocada, pode participar na conferência e intervir nos assuntos que não se relacionem exclusivamente com a assembleia municipal.

Artigo 23.º

Funcionamento

1. A conferência reúne, sempre que convocada pelo presidente da assembleia, por sua iniciativa ou a pedido de qualquer grupo municipal devidamente aceite, ou a requerimento de um terço dos grupos municipais.

2. Compete à conferência:

- a) Pronunciar-se sobre assuntos que tenham a ver com o regular funcionamento da assembleia municipal;
- b) Coadjuvar a mesa da assembleia na preparação das sessões, nomeadamente na elaboração da "ordem do dia", marcação de data e hora, ou outras matérias julgadas convenientes;
- c) Dar parecer sobre o agendamento e organização de assembleias extraordinárias temáticas;
- d) Sempre que tal se repute adequado pela conferência, poderão ser

convocados para participar, sem direito a voto, membros da assembleia que não se encontrem inscritos em qualquer grupo municipal.

3. As recomendações da conferência, na falta de consenso, são tomadas por maioria, estando representada a maioria absoluta dos deputados municipais em efetividade de funções.

CAPÍTULO II DO FUNCIONAMENTO

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 24.º

Sede, instalações e funcionamento

1. A assembleia municipal de santarém tem a sua sede na sala de reuniões da assembleia, nos edifícios da ex-EPC, em Santarém, e nela devem decorrer as reuniões compreendidas no âmbito do seu funcionamento.

2. Por decisão do presidente ou da própria assembleia, fundamentada em razões relevantes, o plenário e/ou as comissões podem reunir fora da sede, mas sempre dentro da área geográfica do concelho de Santarém.

3. A assembleia municipal dispõe, sob orientação do respetivo presidente, de um núcleo de apoio próprio, composto por funcionários do município, nos termos definidos pela mesa, a afetar pelo presidente da câmara municipal.

4. A assembleia municipal dispõe igualmente de instalações e equipamentos necessários ao seu funcionamento e representação, a disponibilizar pela câmara municipal.

5. No orçamento municipal são inscritas, sob proposta da mesa da assembleia municipal, ouvida a conferência de representantes, dotações discriminadas em rubricas próprias necessárias à atividade da assembleia municipal.

Artigo 25.º

Lugar na sala de reuniões

1. Os deputados municipais tomam lugar na sala pela forma acordada entre o presidente e os representantes dos grupos municipais.
2. Na falta de acordo, a assembleia municipal delibera.
3. Na sala de reuniões há lugares reservados para os membros da câmara municipal.

Artigo 26.º

Lugar para a assistência

A sala de reuniões tem lugares próprios e perfeitamente delimitados para a presença do público, da comunicação social e de membros de apoio à câmara municipal.

Artigo 27.º

Proibição da presença de pessoas estranhas

Durante as reuniões e salvo deliberação em contrário, não é permitida a presença no plenário de pessoas que não tenham assento na assembleia municipal, não estejam ao serviço desta ou não se encontrem na situação prevista no n.º 3 do artigo 24.º.

Artigo 28.º

Convocação das sessões

1. As sessões ordinárias são convocadas com a antecedência mínima de 8 dias.
2. As sessões extraordinárias são convocadas com a antecedência mínima de 5 dias.
3. Os prazos das convocações, previstos nos números anteriores, contam-se a partir da data da sua publicação em edital.
4. Podem ser convocadas sessões extraordinárias, por razões de calamidade ou catástrofe, com antecedência inferior ao estabelecido no n.º 2, após recomendação favorável da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais.

5. O texto da convocatória, contendo a respetiva "ordem de trabalhos", deve ser enviado a cada um dos deputados municipais, por correio registado com aviso de receção, através de protocolo, ou por correio eletrónico, quando o deputado assim o declarar por escrito.

6. Os documentos que instruem o processo deliberativo e/ou de mera apreciação devem acompanhar o texto da convocatória, exceto em casos devidamente justificados.

7. Os processos respeitantes aos pontos da "ordem de trabalhos" que vão ser discutidos devem estar presentes na secção de apoio aos órgãos autárquicos, instalada na câmara municipal, desde o sétimo dia anterior à data da reunião, devendo, para tanto, estes serviços assegurar o cumprimento desta obrigação.

8. As datas de continuação dos trabalhos de uma sessão podem ser anunciadas em cada uma das reuniões, para um prazo não inferior a 7 dias, podendo tais datas ser comunicadas sob qualquer forma.

9. As reuniões da assembleia municipal devem ser convocadas para dias diferentes das reuniões da câmara municipal, a fim de permitir a necessária colaboração entre os dois órgãos.

Artigo 29.º

Quórum

1. As reuniões da assembleia municipal não podem ter lugar quando não estiver presente a maioria do número legal dos seus membros.

2. Feita a chamada, que deve ser iniciada até 15 minutos após a hora indicada na convocatória, e verificada a inexistência de quórum, decorre um período máximo de 30 minutos para aquele se poder concretizar.

3. Se, findo o prazo mencionado no número anterior, persistir a falta de quórum, o presidente considera a reunião sem efeito e marca dia e hora para nova reunião.

4. Das reuniões dadas sem efeito por falta de quórum é elaborada ata onde se registam as presenças e ausências dos membros da Assembleia, havendo lugar à marcação de falta aos ausentes.

5. O quórum da assembleia municipal pode ser verificado em qualquer momento da reunião, por iniciativa do presidente ou a requerimento de qualquer dos seus membros.

Artigo 30.º

Continuidade das reuniões

1. As reuniões só podem ser interrompidas pelos motivos seguintes:
 - a) Intervalos;
 - b) Restabelecimento da ordem na sala;
 - c) Falta de quórum;
 - d) Interrupções pré-votação, no máximo de duas vezes por cada Grupo Municipal, a seu requerimento e não podendo exceder 15 minutos por agrupamento e por reunião.
2. No caso previsto na alínea c) do número anterior, mantendo-se a falta de quórum 15 minutos após o momento da suspensão dos trabalhos, o presidente da mesa dará a reunião por terminada.

SECÇÃO II

SESSÕES E REUNIÕES

Artigo 31.º

Sessões ordinárias

1. A assembleia municipal tem 5 sessões ordinárias por ano, em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro.
2. A sessão ordinária realizada no mês de abril destina-se à apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, e ainda à apreciação e votação dos documentos de prestação de contas.
3. A quinta sessão ordinária destina-se à aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento.

Artigo 32.º

Sessões extraordinárias

1. A assembleia municipal pode reunir em sessão extraordinária por

iniciativa do presidente, quando a mesa assim o deliberar ou, ainda, a requerimento:

- a) Do presidente da câmara municipal, em cumprimento de deliberação desta;
- b) De um terço dos seus membros ou de grupos municipais com idêntica representatividade;
- c) De um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do município equivalente a 5 % do número de cidadãos eleitores até ao limite máximo de 2500.

2. Os requerimentos deverão ser apresentados por escrito com indicação dos assuntos que os requerentes pretendem ver discutidos na sessão extraordinária, devendo no requerimento dos cidadãos eleitores ser indicado o número do bilhete de identidade ou cartão de cidadão, bem como o número de eleitor de cada requerente e a freguesia do município de santarém onde se encontra recenseado.

3. O presidente da assembleia municipal, nos 5 dias subsequentes à iniciativa da mesa ou à receção dos requerimentos previstos no número anterior, por edital e por carta com aviso de receção ou através de protocolo, procede à convocação da sessão para um dos 15 dias posteriores à apresentação dos pedidos, tendo em conta que a convocatória deve ser feita com a antecedência mínima de 5 dias sobre a data da realização da sessão extraordinária.

4. Da convocatória devem constar, de forma expressa e especificada, os assuntos a tratar na reunião.

5. Quando o presidente não efetuar a convocação que lhe tenha sido requerida, nos termos dos números anteriores, podem os requerentes efetuá-la diretamente, com invocação dessa circunstância, observando o disposto no n.º 3, com as devidas adaptações, e publicitando-a nos locais habituais e por publicação em jornal lido no concelho de Santarém.

6. Têm o direito de participar nas sessões extraordinárias convocadas nos termos da alínea c) do n.º 1 deste artigo, 2 representantes dos requerentes, a serem convocados nos termos previstos no n.º 3 deste artigo.

7. Para o efeito previsto no número anterior, devem os requerentes indicar, no requerimento, a identificação dos seus 2 representantes.

8. Os representantes a que se referem os números 6 e 7 participam na assembleia municipal, sem direito a voto, podendo formular sugestões ou propostas, as quais só são votadas pela assembleia municipal se esta assim o

deliberar, e sendo para os demais efeitos equiparados ao tempo concedido a um grupo municipal, salvo deliberação em contrário da conferência de representantes dos grupos municipais.

Artigo 33.º

Sessões extraordinárias temáticas

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo anterior, o presidente da assembleia, as comissões permanentes e eventuais e os grupos municipais, podem propor à conferência de representantes dos grupos municipais a realização de debates sobre temas específicos.

2. Os proponentes da realização do debate temático deverão, previamente, entregar à mesa da assembleia, documento enquadrador, contendo proposta de data, formato, preparação e organização da iniciativa, bem como outros elementos de informação considerados relevantes em relação à mesma.

3. Quando a iniciativa for de uma comissão da assembleia, esta deverá apreciar o tema do debate, formular a respetiva proposta e elaborar relatório final sobre a iniciativa, contendo as linhas orientadoras daí retiradas e respetivos fundamentos.

4. Os debates temáticos poderão ser abertos à participação e intervenção de organizações, instituições, individualidades e cidadãos de Santarém em geral, por assentimento nesse sentido tomado em sede de conferência de representantes dos grupos municipais.

Artigo 34.º

Sessões e reuniões

1. As sessões da assembleia municipal não podem exceder a duração de 5 dias e 1 dia, consoante se trate de sessão ordinária ou extraordinária, salvo quando a própria assembleia deliberar o seu prolongamento até ao dobro das durações referidas.

2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as reuniões efetuam-se entre as 18 e as 24 horas, não podendo cada reunião ter mais do que 2 períodos de 150 minutos cada, entendendo-se por reunião o conjunto dos trabalhos realizados pela Assembleia no mesmo dia.

3. A conferência de representantes dos grupos municipais poderá, deliberar e propor à mesa da assembleia, o prolongamento das sessões para além dos horários definidos no número anterior.

SECÇÃO III

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Artigo 35.º

Período das reuniões

1. Em cada sessão há um período designado de “antes da ordem do dia, um período designado de “ordem do dia” e dois períodos de intervenção do público.

2. No período “antes da ordem dia” e no período “ordem do dia”, excecionalmente e mediante deliberação consensual em conferência de representantes, podem ser utilizados meios de suporte visual, designadamente o recurso a novas tecnologias, sendo comunicado o seu conteúdo até 3 dias úteis anteriores à reunião, num período não superior a 20 minutos, garantindo o município equidade de meios a todas as forças políticas.

Artigo 36.º

Período de “antes da ordem do dia”

1. O período de “antes da ordem do dia” é destinado:

- a) À apreciação das atas;
- b) À leitura resumida do expediente, à identificação dos pedidos de informação ou de esclarecimento que tenham sido formulados no intervalo das sessões da assembleia municipal, ao anúncio das respostas dadas pela câmara municipal e a resposta a questões anteriormente colocadas pelo público;
- c) À apreciação de assuntos de interesse local;
- d) Ao tratamento de assuntos relativos à administração municipal, nomeadamente para perguntas dirigidas à câmara municipal;

2. No período “antes da ordem do dia” os tempos totais de intervenção dos grupos municipais e da câmara municipal nas sessões ordinárias têm a duração máxima de 60 minutos;

3. A distribuição do tempo no período de “antes da ordem do dia” nas sessões ordinárias organiza-se segundo o que se estabelece no anexo A deste regimento, sendo o presidente da câmara ou seu substituto o último a falar, tendo em vista prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela assembleia;

4. Os textos sobre outras matérias consideradas de interesse e com caráter de urgência, que sejam apresentados à mesa da assembleia municipal até ao início da sessão, só serão votados na sessão se obtiverem o consenso dos grupos municipais; se tal não acontecer, serão votados na reunião ordinária seguinte.

Artigo 37.º

Período da “Ordem do Dia”

1. A “ordem do dia” é fixada pela mesa da assembleia municipal.
2. O período da “ordem do dia” é destinado à matéria constante da convocatória.
3. A “ordem do dia” não pode ser modificada nem interrompida, a não ser nos casos previstos no regimento ou, tratando-se de sessão ordinária, se tal for deliberado pela maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal.
4. A sequência das matérias fixadas para cada sessão pode ser modificada por deliberação da assembleia municipal ou por deliberação da conferência de representantes, sujeita a ratificação do plenário.
5. Os tempos de intervenção serão geridos por cada grupo municipal, de acordo com o anexo B.
6. A apreciação a que se refere a alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º deste regimento constitui, obrigatoriamente, o primeiro ponto da “ordem do dia” e processa-se da seguinte forma:
 - a) Intervenção inicial do presidente da câmara municipal de santarém ou do seu substituto legal, por um período máximo de quinze minutos;
 - b) Intervenção dos grupos municipais e deputados independentes;
 - c) Resposta do presidente da câmara municipal, ou do seu substituto legal, ou dos vereadores em que aqueles delegarem para as respostas setoriais, com um tempo máximo de 10 minutos de intervenção total.
7. Nos pontos da “ordem do dia” que incluam propostas da câmara municipal e que esta venha a retirar após se ter iniciado o debate ou já tenham sido objeto de análise das comissões da assembleia municipal:

- a) Os partidos e grupos de cidadãos eleitores representados na assembleia terão direito a um período de 3 minutos para uma declaração política sobre a matéria em apreço.
- b) Nestes casos deverão também ser do conhecimento da assembleia os pareceres emitidos pelas comissões;
- c) O disposto na alínea b) não se aplicará quando a câmara municipal retirar qualquer proposta antes de se iniciar a discussão.

8. Os deputados municipais poderão apresentar propostas alternativas às apresentadas pela câmara municipal, ou recomendações relativas a propostas ou outras matérias agendadas, aquando da sua discussão, fazendo a sua apresentação e entregando-as, em seguida, à mesa para apreciação e votação, dentro dos limites previstos no artigo 25.º, n.º 3 da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

9. O último ponto da "ordem do dia" destina-se à discussão e votação das moções e recomendações que sejam admitidas pela mesa nos termos definidos no artigo 46º do presente regimento e ainda à apresentação de votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar sobre assuntos ou personalidades de especial relevo para o município, que sejam propostos por qualquer membro da assembleia ou pela mesa.

Artigo 38.º

Distribuição dos tempos e organização das intervenções

1. Os tempos de intervenção a utilizar pelos grupos municipais são distribuídos proporcionalmente ao número de eleitos de cada agrupamento, assegurando-se um tempo mínimo a cada um destes.

2. É da exclusiva responsabilidade dos grupos municipais, dos deputados independentes e da câmara a gestão dos tempos de intervenção que o regimento lhes atribui, devendo a mesa providenciar para que as intervenções sejam feitas alternadamente.

3. Nos restantes casos, a palavra é dada pela ordem de inscrição, devendo a mesa, sempre que se justifique e seja possível, conceder a palavra intercaladamente aos deputados municipais inscritos dos diferentes grupos municipais.

4. É autorizada, a todo o tempo, a troca entre quaisquer oradores inscritos, bem como a cedência de tempo entre grupos municipais e deputados independentes nos casos em que haja fixação de tempo.

5. Nenhum documento que tenha dado entrada na mesa durante os

trabalhos pode ser votado sem que previamente tenha sido fornecida cópia a cada grupo municipal e aos deputados independentes.

SECÇÃO IV

USO DA PALAVRA

Artigo 39.º

Uso da palavra pelos deputados municipais

1. A palavra é concedida aos deputados municipais para:
 - a) Exercer o direito de defesa, imediatamente a seguir à ocorrência que justifique a defesa da honra e dignidade de qualquer membro;
 - b) Tratar de assuntos de interesse municipal;
 - c) Participar nos debates;
 - d) Emitir votos;
 - e) Invocar o regimento ou interpelar a mesa;
 - f) Apresentar recomendações, propostas e moções sobre assuntos de marcado interesse para o município;
 - g) Produzir declarações de voto;
 - h) Fazer protestos e contraprotestos e interpor recursos;
 - i) Formular ou responder a pedidos de esclarecimento;
 - j) Fazer requerimentos;
 - k) Tudo o mais contido no presente Regimento.
2. O tempo de uso da palavra pelos deputados municipais, nos termos constantes das alíneas a), d), g) e h) do número anterior, não é considerado para a contagem do tempo global de cada grupo municipal ou deputado municipal.

Artigo 40.º

Uso da palavra pelos membros da Mesa

Se os membros da mesa da assembleia municipal quiserem usar da palavra em reunião plenária na qual se encontrem em funções, não podem reassumir os lugares na Mesa enquanto estiver em debate ou votação, se a estes houver lugar, o assunto em que tenham intervindo.

Artigo 41.º

Uso da palavra pelos membros da câmara municipal

1. A palavra é concedida ao presidente da câmara municipal, ao seu substituto, ou aos vereadores que aqueles designem para:
 - a) No período de “antes da ordem do dia”, prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo presidente da assembleia ou por qualquer membro da mesma;
 - b) No período da “ordem do dia”:
 - i. Prestar a informação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º deste regimento;
 - ii. Apresentar os documentos submetidos pela câmara municipal nos termos legais à apreciação da assembleia;
 - iii. Intervir nas discussões, sem direito a voto;
 - iv. Exercer, quando o invoque, e dentro do tempo da câmara municipal, o direito de resposta;
 - v. Invocar o regimento ou interpelar a mesa;
 - vi. Fazer protestos e contraprotestos.
2. A palavra é concedida aos vereadores no período da “ordem do dia” para:
 - a) Intervir sem direito a voto nas discussões, a solicitação do plenário da assembleia municipal, ou com a anuência do presidente da câmara ou do seu substituto legal;
 - b) Exercer, quando o invoquem e dentro do tempo da câmara municipal, o direito de resposta;
 - c) Fazer protestos e contraprotestos.
3. O presidente da câmara, o vice-presidente e os vereadores da câmara municipal podem ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra ou consideração, com o tempo limite de 3 minutos.

Artigo 42.º

Uso da palavra pelo público

1. A palavra é concedida ao público para intervir nos termos do artigo 44.º.
2. Os munícipes que desejem intervir nos períodos destinados ao público, terão de inscrever-se antecipadamente, indicando o nome, morada e o assunto da sua intervenção.
3. Os membros de órgãos municipais ou de freguesia, bem como os

trabalhadores da câmara municipal ou de empresas municipais não podem intervir, nas respetivas qualidades e sobre os assuntos que lhe estão confiados ou que dizem respeito às suas funções, no período destinado ao público.

4. Os períodos destinados ao uso da palavra pelo público têm a duração máxima de 15 minutos cada um, com o limite de 5 minutos por interveniente, que poderão ser alargados, quando tal se justifique em função do número de inscritos, pela mesa da assembleia.

Artigo 43.º

Fins do uso da palavra

1. Quem solicitar a palavra deve declarar para que fim a pretende.
2. Quando o orador se afaste da finalidade para que lhe foi concedida a palavra, é advertido pelo presidente, que pode retirar-lha se o orador persistir na sua atitude.

Artigo 44.º

Modo de usar da palavra

1. No uso da palavra, os oradores dirigem-se ao presidente, à assembleia municipal e aos representantes da câmara municipal.
2. O orador não pode ser interrompido sem o seu consentimento, não sendo, porém, consideradas interrupções as vozes de concordância ou análogas.
3. O orador é advertido pelo presidente quando se desvie do assunto em discussão ou quando o discurso se torne injurioso ou ofensivo, podendo o presidente retirar-lhe a palavra se persistir na sua atitude.
4. O orador pode ser avisado pelo Presidente para resumir as suas considerações quando se aproxime o termo do tempo regimental.

Artigo 45.º

Invocação do regimento e interpelação à mesa

1. O deputado municipal que pedir a palavra para invocar o regimento indica a norma infringida, com as considerações indispensáveis para o efeito.
2. Os deputados municipais podem interpelar a mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.
3. Não há justificação nem discussão das perguntas dirigidas à mesa.
4. O uso da palavra para invocar o regimento e interpelar a mesa não pode

exceder 3 minutos.

Artigo 46.º

Moções

1. Os deputados municipais ou os respetivos grupos podem elaborar e apresentar moções para discussão nas sessões da assembleia municipal, como último ponto da "ordem do dia".

2. As moções devem ser entregues à mesa até 5 dias antes da data agendada para a sessão, sendo logo distribuídas pela mesa aos deputados municipais ou grupos.

3. Podem ainda ser admitidas a discussão e votação as moções que deem entrada até ao início dos trabalhos, desde que a assembleia delibere a admissão por unanimidade.

Artigo 47.º

Requerimentos

1. São considerados requerimentos apenas os pedidos dirigidos à mesa respeitantes ao processo de apresentação, discussão e votação de qualquer assunto ou ao funcionamento da reunião.

2. Os requerimentos podem ser formulados por escrito ou oralmente, podendo o presidente, sempre que o entender conveniente, determinar que um requerimento oral seja formulado por escrito.

3. Os requerimentos orais, assim como a leitura dos requerimentos escritos, se pedida, não podem exceder 2 minutos.

4. Os requerimentos, uma vez admitidos, são imediatamente votados sem discussão.

5. A votação dos requerimentos é feita pela ordem da sua apresentação.

6. Não são admitidas declarações de voto orais.

Artigo 48.º

Recursos

1. Qualquer deputado municipal pode recorrer, para o plenário, de decisão do presidente ou da mesa.

2. O deputado municipal que tiver recorrido pode usar da palavra para

fundamentar o recurso por tempo não superior a 3 minutos.

3. Para intervir sobre o objeto do recurso pode usar da palavra, por tempo não superior a 3 minutos, um representante de cada grupo municipal.

4. Não há lugar a declarações de voto orais.

Artigo 49.º

Pedidos de esclarecimento

1. A palavra para esclarecimentos limita-se à formulação concisa da pergunta e da resposta sobre dúvidas resultantes da intervenção que tenha acabado de ocorrer.

2. Os deputados municipais que queiram formular pedidos de esclarecimento devem inscrever-se no termo da intervenção que os suscitou, sendo formulados pela ordem de inscrição e respondidos em conjunto se o interpelado assim o entender.

3. O orador interrogante e o orador respondente dispõem de 3 minutos por cada intervenção, sendo que se este optar por responder, em conjunto, no fim de todos os pedidos, a sua intervenção não poderá exceder os 10 minutos.

Artigo 50.º

Reação contra ofensas à honra ou consideração

1. Sempre que um deputado municipal considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, pode, para se defender, usar da palavra por tempo não superior a 3 minutos, imediatamente após a intervenção que a tenha provocado.

2. O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a 3 minutos.

Artigo 51.º

Protestos e contraprotestos

1. Por cada grupo municipal e sobre a mesma matéria apenas é permitido um protesto.

2. O tempo para o protesto não pode ser superior a 3 minutos.

3. Não são admitidos protestos a pedidos de esclarecimento e às respetivas

respostas, bem como a declarações de voto e defesa da honra.

4. Os contraprotestos não podem exceder 3 minutos por cada protesto, nem 5 minutos no total.

Artigo 52.º

Proibição do uso da palavra no período da votação

Anunciado o período de votação, nenhum deputado municipal pode usar da palavra até à proclamação do resultado, exceto para apresentar requerimentos respeitantes ao processo de votação.

Artigo 53.º

Declaração de voto

1. Cada grupo municipal ou cada deputado municipal, a título individual, tem direito a produzir, no final de cada votação, uma declaração de voto esclarecendo o sentido da sua votação.

2. As declarações de voto podem ser escritas ou orais, quando produzidas pelos agrupamentos políticos e apenas escritas quando produzidas a título individual.

3. As declarações de voto orais não podem exceder 3 minutos.

4. As declarações de voto escritas são entregues na mesa da assembleia municipal, o mais tardar, até 24 horas após o termo da reunião.

SECÇÃO V

DELIBERAÇÕES E VOTAÇÕES

Artigo 54.º

Maioria

As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, com a presença da maioria do número legal dos membros da assembleia municipal, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.

Artigo 55.º

Voto

1. Cada deputado municipal tem um voto.
2. Nenhum deputado municipal presente pode deixar de votar, sem prejuízo do direito de abstenção.
3. Não é permitido o voto por procuração ou por correspondência.

Artigo 56.º

Formas de votação

1. As votações realizam-se por uma das seguintes formas:
 - a) Por braço no ar, que constitui a forma usual de votar;
 - b) Por escrutínio secreto, sempre que se realizem eleições, estejam em causa juízos de valor sobre pessoas ou ainda quando a assembleia municipal assim o delibere;
 - c) Por votação nominal, quando requerida por qualquer dos grupos municipais e aceite por maioria da assembleia municipal.
 - d) As votações nominais devem ser solicitadas antes da proposta ser votada.
2. Nas votações por braço no ar, a mesa apura os resultados de acordo com a distribuição de votos pelos grupos municipais e deputados independentes, especificando o número de votos individualmente expressos em sentido distinto do respetivo grupo e a sua influência no resultado, quando exista.

Artigo 57.º

Processo de votação

1. Sempre que se tenha que proceder a uma votação, o presidente anuncia-o de forma clara.
2. Não participam na discussão, nem na votação, os membros da assembleia que se encontrem, ou se considerem, impedidos em relação à matéria em apreço.
3. Aquando da votação por escrutínio secreto, procede-se à chamada nominal de todos os membros da assembleia municipal, findo o que se efetua uma segunda chamada, desta vez apenas dos deputados municipais que não responderam à primeira.

4. O presidente da assembleia municipal vota em último lugar.
5. Terminada a segunda chamada, é encerrada a urna, procedendo-se de seguida à contagem dos votos e ao anúncio dos resultados.

Artigo 58.º

Empate da votação

1. Em caso de empate na votação, o presidente da assembleia municipal dispõe de voto de qualidade, exceto se a votação se tiver realizado por escrutínio secreto.
2. Havendo empate em votação por escrutínio secreto, proceder-se-á imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adiar-se-á a deliberação para a reunião seguinte.
3. Mantendo-se o empate na primeira votação da reunião seguinte, procede-se a votação nominal, quando estejam em causa eleições, sem prejuízo do disposto na lei relativamente à sessão de tomada de posse.

SECÇÃO VI

COMISSÕES

Artigo 59.º

Constituição

1. A assembleia municipal pode deliberar a constituição de comissões permanentes ou eventuais.
2. A iniciativa de constituição de comissões pode ser exercida pelo presidente, pela mesa, por um grupo municipal ou por qualquer deputado municipal.
3. O elenco das comissões permanentes e as suas áreas de acompanhamento são fixados no início de cada mandato, podendo ser alterados no seu decurso.
4. As comissões eventuais são constituídas para a prossecução de um objetivo determinado, extinguindo-se quando o mesmo seja concluído ou se torne impossível.

5. As comissões permanentes podem deliberar a constituição de subcomissões, dando conhecimento à mesa desse facto.

Artigo 60.º

Competência

1. Compete às comissões apreciar e acompanhar os assuntos objeto da sua constituição e todos os que lhe forem encaminhados pelo presidente da assembleia, apresentando os respetivos relatórios e pareceres nos prazos que lhes forem fixados, respetivamente, pela assembleia e pelo presidente.

2. Os prazos referidos no número anterior podem ser prorrogados pela assembleia municipal ou, no intervalo das reuniões, pelo presidente desta.

Artigo 61.º

Composição

1. A composição das comissões permanentes é fixada pelo plenário da assembleia municipal.

2. As comissões devem integrar representação de todos os grupos municipais, bem como os deputados independentes, ressalvadas, com as devidas adaptações, as situações previstas nos números 4, 5 e 6.

3. A indicação dos membros que integram as comissões compete aos respetivos grupos municipais e, individualmente, aos deputados independentes, devendo ser efetuada no prazo fixado pela assembleia municipal ou pelo presidente.

4. Cada deputado municipal pode integrar, simultaneamente, até 2 comissões permanentes.

5. Excetuam-se do previsto no número anterior os casos em que a composição numérica do grupo municipal o impeça, sendo nesta situação possível a cada membro desse grupo municipal integrar o máximo de 3 comissões permanentes.

6. Não é impeditivo do funcionamento das comissões o facto de algum grupo municipal não querer, ou não poder, indicar representantes.

7. Os grupos municipais podem, quando o julgarem conveniente, proceder à substituição dos membros que indicaram.

8. A faculdade prevista no número anterior não é aplicável aos deputados municipais independentes.

9. Perde a qualidade de membro da comissão o deputado municipal que:

- a) deixe de pertencer ao grupo municipal pelo qual foi indicado;
- b) o solicite;
- c) seja substituído na comissão, em qualquer momento, pelo seu grupo municipal.

10. Qualquer deputado municipal tem o direito de assistir e intervir nas comissões de que não faça parte, sem direito a voto.

Artigo 62.º

Presidente e secretários

1. Os trabalhos de cada comissão são coordenados por um presidente, coadjuvado por um secretário.
2. As presidências e os lugares de secretários serão distribuídos em função da representação proporcional dos grupos municipais.
3. O presidente é substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo membro da comissão que o respetivo grupo municipal indicar. Na falta de indicação, é substituído pelo vogal mais antigo do respetivo grupo municipal, ou pelo vogal de mais idade do respetivo grupo municipal, no caso de os vogais possuírem a mesma antiguidade.
4. O secretário é substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo membro da Comissão que o respetivo grupo municipal indicar. Na falta de indicação, é substituído pelo vogal mais recente do respetivo grupo municipal, ou pelo vogal mais jovem do respetivo grupo municipal, no caso de os vogais possuírem a mesma antiguidade.

Artigo 63.º

Reuniões

1. Compete ao presidente da assembleia municipal convocar a primeira reunião das comissões e empossar os seus membros.
2. As reuniões das comissões são ordinárias ou extraordinárias.
3. As reuniões ordinárias das comissões permanentes realizam-se bimestralmente.
4. As reuniões extraordinárias das comissões são convocadas pelo respetivo presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de um terço dos deputados municipais membros da comissão.
5. A realização das reuniões extraordinárias deve ser previamente

comunicada ao presidente da mesa, que dará posteriormente conhecimento à conferência de representantes.

6. As reuniões das comissões não podem realizar-se em simultâneo com as reuniões plenárias, exceto em situações excepcionais e essenciais para o funcionamento do próprio plenário.

7. As reuniões das comissões realizam-se na sede da assembleia municipal, ou noutro local disponibilizado pela câmara municipal, não devendo prolongar-se para além das 24 horas, salvo motivo ponderoso que exija a adoção de outro tempo de funcionamento.

Artigo 64.º

Funcionamento

1. O quórum necessário ao funcionamento das comissões é de um terço dos seus membros.

2. Sem prejuízo do ponto anterior, as comissões poderão deliberar desde que os membros presentes representem mais de metade do número ponderado de votos.

3. Na falta de consenso, as deliberações são tomadas por maioria, sendo o voto dos membros das comissões ponderado em função da representação na assembleia municipal dos respetivos grupos municipais, devendo no relatório ou parecer constar a posição dos vencidos.

4. De cada reunião será lavrada ata que conterá um resumo do que nela tiver ocorrido, a qual é elaborada pelo secretário, devendo, depois de aprovada, ser assinada por este e pelo presidente da comissão.

5. As regras internas de funcionamento de cada comissão serão por ela definidas.

6. As comissões devem, anualmente, elaborar relatórios de atividades, reportadas à atividade desenvolvida até 31 de dezembro de cada ano ou até ao término dos seus trabalhos, quando este se verifique em momento anterior.

Artigo 65.º

Contactos externos e visitas

1. Os contactos externos das comissões com a câmara municipal, órgãos de soberania ou entidades públicas ou privadas processam-se por intermédio da

mesa da assembleia municipal.

2. As comissões podem realizar visitas de trabalho, as quais devem ser previamente comunicadas ao presidente da assembleia municipal.

3. As solicitações e comunicações previstas nos números anteriores devem conter a indicação dos objetivos, locais, e entidades a contactar e/ou a visitar.

4. As visitas realizadas nos termos dos números anteriores são equiparadas, para todos os efeitos, a reuniões das comissões.

SECÇÃO VII

Direito de petição

Artigo 66.º

Direito de petição

1. É garantido aos cidadãos o direito de petição à assembleia municipal de santarém sobre matérias do âmbito do município.

2. As petições, individuais ou coletivas, são dirigidas ao presidente da mesa da assembleia municipal devidamente assinadas pelos respetivos titulares e com a identificação completa de um dos signatários.

3. O presidente encaminha as petições para uma das comissões, tendo em atenção a respetiva matéria, podendo fixar prazo para a sua apreciação.

4. A comissão procederá às diligências que considerar necessárias, ouvindo os peticionários se o entender, e requerendo à câmara municipal e aos serviços as informações adequadas.

5. A comissão elabora um relatório no prazo fixado ou, na ausência de fixação, no prazo de 30 dias, podendo, em função do interesse municipal do assunto, propor o seu agendamento à conferência de representantes.

6. Com base no relatório, será sempre dada resposta aos peticionários e informação ao plenário.

7. A apreciação dos relatórios relativos às petições subscritas por um número mínimo de 125 cidadãos é obrigatoriamente inscrita na "ordem de trabalhos" de uma sessão ordinária da assembleia municipal.

SECÇÃO VIII
PUBLICIDADE DOS TRABALHOS E DOS ATOS
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Artigo 67.º

Caráter público das reuniões

1. As reuniões da assembleia municipal são públicas.
2. O primeiro período de intervenção do público de duração máxima de 15 minutos, acontecerá imediatamente antes do período da “ordem de trabalhos” e destina-se apenas a intervenções sobre a ordem de trabalhos.
3. O segundo período de intervenção do público de duração máxima de 15 minutos, acontecerá imediatamente depois do período da “ordem de trabalhos” e destina-se à apresentação de assuntos de interesse municipal, bem como a formulação de pedidos de esclarecimento dirigidos à mesa.
4. Terminado o período fixado nos termos do número 2, a mesa dará resposta às perguntas formuladas.
5. No final do segundo período de intervenção referido no n.º 3 do presente artigo, a mesa ou qualquer membro da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal prestarão os esclarecimentos solicitados, ou, se tal não for possível, será o cidadão esclarecido, posteriormente, por escrito, no prazo máximo de 30 dias, com conhecimento ao Presidente da Assembleia Municipal, que dará conhecimento os membros da Assembleia na sessão seguinte.
6. Cada interveniente usa da palavra por uma só vez, só devendo a mesa aceitar um máximo de 5 inscrições por cada período de intervenção do público sendo rateados em partes iguais, por intervenção, não podendo nunca exceder 5 minutos por pessoa.
7. A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas.
8. A violação do disposto no número anterior é punida com coima de € 150 a € 750, para cuja aplicação é competente o juiz da comarca, após participação do presidente da assembleia.
9. As atas das sessões e reuniões, terminada a menção aos assuntos incluídos na ordem do dia, fazem referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.

10. A conferência de representantes deve receber, através do presidente da assembleia municipal, esclarecimentos acerca das respostas da câmara municipal às perguntas e questões formuladas pelos munícipes, no respetivo período de intervenção.

Artigo 68.º

Atas

1. As atas contêm um resumo do que de essencial se tiver passado em cada sessão ou reunião, indicando, designadamente, a data e o local da sessão ou reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto de a ata ter sido lida e aprovada.

2. As atas são lavradas por funcionário dos serviços de apoio à assembleia, sob a superintendência dos secretários da mesa, e submetidas à votação de todos os deputados municipais no final da respetiva reunião ou no início da seguinte, sendo assinadas, após a aprovação, pelos secretários e pelo presidente.

3. As atas ou o texto das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, no final ou durante as reuniões, conforme o caso, desde que tal seja deliberado pela maioria dos membros presentes.

4. As deliberações só podem adquirir eficácia depois de aprovadas as respetivas atas ou depois de assinadas as minutas, nos termos do número anterior.

Artigo 69.º

Publicidade das deliberações

1. As deliberações destinadas a ter eficácia externa e as atas da assembleia municipal são obrigatoriamente publicadas no boletim municipal e no site do município.

2. A publicação das deliberações da assembleia municipal em boletim municipal ou ainda, quando incidir sobre matéria em que tal seja legalmente exigível, em Diário da República será assegurada pelo serviço de apoio à assembleia municipal.

3. As sessões da assembleia municipal devem ser emitidas em direto pela internet, logo que estejam disponíveis os meios técnicos para o efeito, contudo a impossibilidade da sua emissão, ainda que momentânea, não poderá em caso algum perturbar o normal funcionamento da assembleia.

SECÇÃO IX
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 70.º

Entrada em vigor e publicação

1. O regimento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e dele é fornecido um exemplar a cada membro da assembleia municipal e da câmara municipal.
2. O regimento da assembleia municipal é publicado no boletim municipal e no site da assembleia municipal.
3. Nos termos da lei, quando da instalação de uma nova assembleia municipal, enquanto não for aprovado e publicado o regimento, continuará em vigor o anteriormente aprovado.

Artigo 71.º

Interpretação e integração de lacunas

Compete à mesa da assembleia municipal, com recurso para o plenário, interpretar o presente regimento e integrar as suas lacunas.

Artigo 72.º

Alterações

1. O presente regimento pode ser alterado pela assembleia municipal, por proposta de um ou mais grupos municipais, representativos de 1/3 dos deputados municipais em funções, ou de, pelo menos, 40% dos seus membros.
2. Admitida qualquer proposta de alteração, a sua apreciação é feita por uma comissão expressamente criada para o efeito.
3. As alterações do regimento devem ser aprovadas por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções, entrando em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.
4. O regimento, com as alterações inscritas no lugar próprio, é objeto de nova publicação.

ANEXOS

DISTRIBUIÇÃO DE TEMPOS

ANEXO A

Período de antes da ordem do dia – Art.º 36.º do regimento

Sessões ordinárias

Critério: 1 minuto por cada deputado municipal diretamente eleito + 2 minutos por cada grupo municipal. 11 minutos para os presidentes de junta de freguesia e 10 minutos para a câmara municipal. Os deputados independentes disporão de 2 minutos.

No mandato 2017-2021

PSD	14 minutos
PS	12 minutos
CDU.....	5 minutos
CDS.....	3 minutos
BE	3 minutos
Presidentes de Junta de Freguesia.....	11 minutos
Câmara	10 minutos

ANEXO B

Período da ordem do dia – Art.º 37.º do regimento

Sessões ordinárias e extraordinárias

Para cada ponto da ordem de trabalhos deverá considera-se o seguinte critério: 1 minuto por cada deputado municipal diretamente eleito + 10 minutos por cada grupo municipal. 15 minutos para os presidentes de junta de freguesia e dois períodos de 15 minutos para a câmara municipal, um no início para apresentação do ponto e outro no final para resposta aos pedidos de esclarecimento. Os deputados independentes disporão de 2 minutos.

No mandato 2017-2021

PSD	22 minutos
PS	20 minutos
CDU.....	13 minutos
CDS.....	11 minutos
BE	11 minutos
Presidentes de Junta de Freguesia.....	15 minutos
Câmara.....	15 + 15 minutos

Acrescem aos tempos acima 3 minutos para o autor da proposta em debate.

Quando o Ponto a Discussão for: Orçamento, GOP, Prestação de Contas, PDM, Planos de Pormenor e outros assuntos que sejam decididos em conferência de representantes.

Critério: 3 minutos por cada deputado municipal diretamente eleito + 12 minutos por cada grupo municipal. 20 minutos para os presidentes de junta de freguesia e dois períodos de 20 minutos para a câmara municipal, um no início para apresentação do ponto e outro no final para resposta aos pedidos de esclarecimento. Os deputados independentes disporão de 5 minutos.

No mandato 2017-2021

PSD.....	48 minutos
PS.....	42 minutos
CDU	21 minutos
CDS	15 minutos
BE.....	15 minutos
Presidentes de Junta de Freguesia.....	20 minutos
Câmara	*20 minutos
*(intervenção inicial) + 20 minutos (esclarecimentos solicitados pela assembleia)	

ANEXO C

Sessões extraordinárias temáticas

A duração da sessão e distribuição dos tempos serão decididos em Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, caso a caso, e atendendo ao formato do debate.